

Acta da 255ª sessão do Conselho da Ordem  
dos Advogados, seção de Pernambuco.

Nos dezesseis dias do mês de agosto de mil  
novecentos e cinquenta e cinco, pelas dezessis horas,  
reuniu-se extraordinariamente, na sala numero tiri-  
tu e quatro do Palácio da Justiça, nesta cidade,  
o Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Per-  
nambuco, sob a presidência do doutor José Ca-  
valcanti Neves, servindo como primeiro e segundo  
secretários, respectivamente, os doutores Jordão En-  
rriqueiro e Luiz Rafael Mayer, presentes ainda  
os Conselheiros doutores Fernando Mendonça, Au-  
gusto Bague, Rodolfo Araújo, Delágio Silveira, A-  
dauto José de Melo, Gustavo Brasfous, Ivan de Souza,  
Ailton Holmes Lima, Sabes de Almeida, Jorge Car-  
neiro da Cunha e Carlos Moreira. Iniciados os tra-  
balhos, foi lida e aprovada a ata referente à ses-  
são anterior. No expediente constou a leitura de tele-  
grama do Sr. Seabra Sagundes pedindo ao Presi-  
dente transmitisse aos colegas da Ordem a aco-  
lida que ele foi dado; de telegrama do Rotary  
Club de Olinda congratulando-se com este Conselho  
pela passagem de mais um aniversário da funda-  
ção dos cursos jurídicos no Brasil; de um ofício  
da Câmara Municipal do Recife, em idênticos termos;  
de um telegrama do Professor Gentil Mendonça, da  
Faculdade de Direito, agradecendo os votos que ele  
foram formulados por esta entidade; de um re-  
querimento do escrivão Antônio de Moraes Bonato  
solicitando o apoio deste Conselho de pretensão  
de se reinstalar, no Palácio da Justiça, um ponto  
de venda de selos, ficando decidido se dirigir,



nesses sentido, um apelo ao Secretário da Fazenda. Em seguida, o doutor Jordão Emerenciano, primeiro secretário, passou a fazer a leitura do edital do concurso de monografias de direito civil instituído pela Ordem dos Advogados em colaboração com a Universidade do Recife, para o fim de ser submetido à aprovação do Conselho e levado à publicação. Foram então destacadas algumas questões para serem debatidas, tendo sido, nessa oportunidade, expressamente decidida a exclusão do concurso aos professores de direito, em geral, bem como quanto à designação dos componentes da Comissão julgadora, ficando decidido ser de competência do Conselho a indicação do desembargador do Tribunal de Justiça e caber a um membro do Conselho compor a Comissão, como representante da Ordem. Concluído o julgamento dessas questões, e escolhidos os representantes em referência, ficou aprovado fosse aprovado o edital do concurso, dê-se constante as seguintes cláusulas: — 1º — podem concorrer ao concurso os advogados inscritos nesta seção, quites com os cofres sociais, excetuando os professores de direito (catedráticos, internos, livres-docentes e assistentes); 2º — a monografia, sobre qualquer assunto de direito civil, deverá ter um mínimo de trinta páginas datilografadas, em espaço duplo, tamanho ofício, e um máximo de cinquenta páginas, nas mesmas condições e espaços; 3º — as inscrições serão abertas a 24 de agosto corrente e encerradas, improrogavelmente, às 17 horas de 24 de fevereiro de 1956, devendo a monografia ser entregue na Secretaria da Ordem, em duas vias, juntamente com a prova de quitação com os cofres sociais; 4º — a Comissão





Julgadora constituída pelo Presidente do Conselho Sec-  
 cional da Ordem dos Advogados, Reitor da Universidade  
 do Recife, Director da Faculdade de Direito do Recife,  
 Desembargador Luiz Savary de Gouveia e do Conselho  
 Professor Roberto de Albuquerque Araújo,  
 classificar os concorrentes, aos quais a Universidade  
 do Recife atribue os prêmios de \$50.000,00 e ~  
 \$25.000,00 respectivamente aos colocados em 1º e 2º lo-  
 gares; 5º — essa classificação deverá ser feita, improroga-  
 velmente, até o dia 4 de Junho de 1956 e proclamada  
 pela imprensa os resultados; 6º — os prêmios aos 1º  
 e 2º classificados serão pagos, pela Universidade do Recife,  
 na sessão solene comemorativa do centenário de  
 Antônio Amazonas de Almeida, em 4 de Junho de 1956;  
 7º — a Ordem dos Advogados, secção de Pernambuco, en-  
 carregar-se-á da edição dos trabalhos premiados, numa  
 tiragem única de 500 exemplares cada um, dos  
 quais 100 serão entregues à Universidade do Recife  
 e 100 a cada autor; 8º — da 1ª edição dos trabalhos  
 premiados não se pagarão direitos autorais; 9º — os  
 concorrentes assinarão ostensivamente os seus trabalhos  
 não se admitindo anônimo ou pseudônimo; 10º —  
 os casos omissos serão resolvidos pela comissão jul-  
 gadora, por maioria de votos. O Conselho tomou  
 conhecimento, em seguida, de um pedido de licença  
 de seis meses, por motivo de saúde, do Conselheiro  
 Antônio Alves Dimentel, resolvendo concedê-la e in-  
 dicando, por unanimidade, para substituí-lo, no  
 mesmo período, o advogado Otton Sialfo de Oliveira.  
 O Presidente submeteu, então, ao Conselho um requere-  
 rimento de Manoel Guimarães Pereira, provisionado  
 pela secção do planejamento, necessitado de ajuda  
 financeira por se encontrar provisoriamente nesta



Capital em precaríssima situação, conforme já fora divulgado pela imprensa, requerimento que mereceu dos Senhores Conselheiros uma deliberação em favor do provisionado, de quantia que logo lhe foi entregue. O Conselheiro Holmes trouxe uma tabela de honorários, digo, apresentou in essa uma tabela de honorários apoiada pela Associação dos Advogados de São Paulo, solicitando a consideração do Conselho in matéria. O Presidenti designou o Conselheiro Luiz Rafael Elayer para dar-lhe parecer. Em seguida, discutido um pedido de auxílio do dr. Pedro Elatto, com a sugestão de que tal não se faça em mensalidade, mas como custeio de sua viagem ao Rio para maiores recursos médicos, o Conselho decidiu autorizar a Diretoria a decidir pelo seu alvitre. Passando-se in ordem do dia, foram aprovados os pareceres da Comissão de Indicação pela inscrição no quadro de advogados, em caráter definitivo, do l.º Manuel Osorio de Barros Neto, com impedimento contra a Fazenda Pública em geral e em toda e qualquer causa em que intervier o Ministério Público; em caráter provisório, pelo prazo de um ano, os Escrivas Aécio José Elaranga da Soute e José Savanes Salmea, sem impedimento; Luiz Araújo Jorge Sales e Antônio Salúcio Guedes Alcoforado, com impedimento contra a Fazenda Pública em geral e nas causas em que intervier o Ministério Público; José Pascoal Neves Calálio, Francisco de Assiz Ramos Pedrosa e Eládio Alves Senório, com impedimento contra a Fazenda Estadual; Paulo Viana de Queiroz, com a autorização de não poder advogar contra pessoa jurídica.



dica de direito público, em virtude de mandato legislativo estadual; no quadro de solicitadores, dos acadêmicos, Jairo Cavalcanti de Aquino, Rieton Rodrigues da Silva e Irene de Souza Barros, sem impedimento; e Otavio de Oliveira Robo, com impedimento contra a Fazenda Federal. O conselho ainda aprovou o parecer da Desembargaria favoravelmente ao requerimento do advogado Severino Ramos Pereira de Lima, pela renovação do auxílio mensal que a Ordem vem lhe concedendo, de R\$ 1.500,00 mensais, em atenção ao seu estado de saúde e situação financeira. Finalmente, o Senha Presidente encareceu a presença dos conselheiros à sessão solene a se realizar no dia 21 de agosto próximo, conforme designação anterior, depois do que foi encerrada a sessão. Antes haviam justificado as suas faltas à sessão anterior os Conselheiros Adauto de Azevedo, Salvoza de Almeida, Augusto Louque, Selagio Silveira e Holmes Lima. Ao que, para constar, lavrei a presente ata que será assinada pela Mesa depois de lida e aprovada.

Jairo Cavalcanti de Aquino  
 Augusto Louque - 1º Sec. "ad-hoc"  
 Holmes Lima - 2º Sec.